

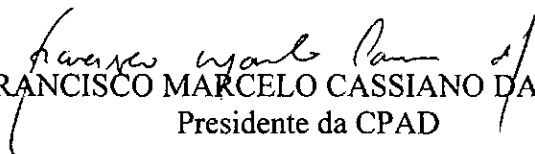
**Ata da 1ª Reunião da atual composição da Comissão Permanente de Avaliação e Classificação de Documentos do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (Portaria TRE-PI nº 336/2013)**

Aos dez dias do mês de outubro de 2013, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRE – PI, na sala de treinamento da COEDE, localizada no prédio anexo ao Edifício sede deste Tribunal, a qual contou com a presença dos Membros Efetivos ADRIANA BARBOSA DE ARAÚJO SILVA, FRANCISCO MARCELO CASSIANO DA SILVA, JOVITA MARIA GOMES OLIVEIRA, LEONARDO SARAIVA E SILVA, PAULO GUTEMBERG DE CARVALHO SOUZA, TADEU ALMEIDA MARTINS E SYLVIA REGINA RIBEIRO DE ANDRADE, representando o servidor membro FRANCISCO XAVIER DA SILVA. Dado início a reunião, foi realizada a leitura da Pauta dos Trabalhos, constituída dos seguintes: 1. Nova composição da Comissão; 2. Nova Legislação atinente a Gestão Documental no âmbito da Justiça Eleitoral; 3. Necessidade de atualização do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade Documental do TRE-PI; 4. Necessidade de atualização e padronização do procedimento de descarte de documentos no TRE-PI; 5. Necessidade de distribuição equitativa dos Processos de Descarte de Documentos submetidos a apreciação e manifestação formal da CPAD entre os membros da Comissão. Foi informado pelo Servidor Marcelo Cassiano sobre as novas atribuições da CPAD prescritas na Resolução TSE nº 23.379/2012, que dispõe sobre o Programa de Gestão Documental, o Sistema de Arquivos, o Fundo Histórico Arquivístico e o Comitê de Gestão Documental no âmbito da Justiça Eleitoral., evidenciando a desatualização e consequência falta de efetividade nas ações a cargo da Comissão. O servidor em questão relatou ainda sobre a falta de clareza e dificuldade na aplicação do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade atualmente em vigor no Tribunal (Portaria TRE-PI nº 174/2009), bem como explanou ainda sobre a existência de dois procedimentos distintos para o descarte de documentos no TRE-PI, sendo um destinado às Zonas Eleitorais e outro para as unidades da Secretaria, oportunidade em que defendeu a padronização e uniformização dos procedimentos. O servidor em tela sugeriu que para fins de melhor adequação aos recentes normativos, maior publicidade dos instrumentos de gestão documental e maior celeridade e eficiência das ações, sejam as providências reunidas em um Manual de Gestão Documental, a ser laborado pela CPAD e submetido ao crivo da Administração Superior, com a urgência possível. O servidor concluiu sua intervenção lembrando sobre a necessidade de estabelecer um método para distribuição equitativa dos membros da Comissão nos Processos de Descarte submetidos a apreciação e manifestação formal da CPAD. O servidor Leonardo Saraiva lembrou sobre a existência de uma Comissão com atribuições para avaliar sobre a destinação final de documentos considerados históricos e sugeriu a verificação da vigência, atual situação desta Comissão e seu impacto face as atribuições da CPAD. O Servidor Paulo Gutemberg sugeriu que todos os Processos submetidos a apreciação da CPAD fossem analisados por toda a Comissão. Os servidores Tadeu Almeida, Adriana Araújo e Leonardo Saraiva externaram entendimento contrário no sentido de que a apreciação do Processo somente pelo Presidente e outro membro designado daria maior celeridade ao trabalho, opinião também compartilhada pelos servidores Marcelo Cassiano e Jovita Gomes. Desse modo decidiram os presentes pela utilização de uma escala de distribuição dos Processos de descarte aos integrantes da CPAD, a ser gerenciada pelo Presidente da Comissão. Foi discutida e destacada como consenso por todos os presentes a necessidade de se implementar estudo para atualização e melhorias no Código de Classificação e Tabela de Temporalidade



Documental, visando torná-lo mais abrangente, de melhor compreensão e efetivamente aplicável, como parte de um Manual de Gestão Documental que conterá ainda normas internas, procedimentos técnicos e boas práticas de gestão. O servidor Tadeu Martins sugeriu ainda a criação de uma pasta da Comissão na rede interna do Tribunal e a criação do e-mail da CPAD, iniciativa aprovada por todos os presentes. Nesse ponto, o servidor Marcelo Cassiano ressaltou a existência da CPAD como unidade cadastrada no PAD e no SADP. Ficou decidido ainda a marcação de 01(uma) reunião mensal da Comissão, com agendamento e comunicação aos demais membros a cargo do Presidente da CPAD. Por fim a palavra foi concedida àqueles que dela quisessem fazer uso e, não existindo mais manifestações, foi lavrada por mim, FRANCISCO MARCELO CASSIANO DA SILVA – Arquivista do TRE-PI, a presente ata, assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Teresina – PI, 10 de outubro de 2013

  
FRANCISCO MARCELO CASSIANO DA SILVA  
Presidente da CPAD

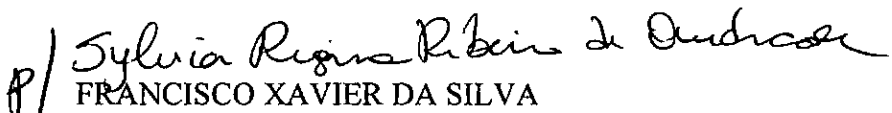
  
ADRIANA BARBOSA DE ARAÚJO SILVA

  
JOVITA MARIA GOMES OLIVEIRA

  
LEONARDO SARAIVA E SILVA

  
PAULO GUTEMBERG DE CARVALHO SOUZA

  
TADEU ALMEIDA MARTINS

  
FRANCISCO XAVIER DA SILVA